



Anais da Assembléia

Nº 122

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 09 DE OUTUBRO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 182ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Luiz Carlos Zuk,

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Aragão de Mattos Leão, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, (50) achando-se ausentes os Srs. Deputados: Paulo Camargo, Mauricio Fruet, Edilson Alencar e Lineu Turra (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

• SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede -a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observação.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM 71/75

Curitiba, 06 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 17 de setembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Interior, com o município de APUCARANA, objetivando a execução de melhorias nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar “Gullherme da Mota Correia”, e o Grupo Escolar “Papa João XXIII”, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado
– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 72/75

Curitiba, 06 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins cons-

titucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 17 de setembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de MARILUZ objetivando a construção de quadra de esportes no terreno do Ginásio Estadual “D. Bosco”, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado
– À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 73/75

Curitiba, 06 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 11 de setembro de 1975, ao Convênio celebrado em 28 de dezembro de 1973, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de NOVA ESPERANÇA, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado.
– À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 74/75

Curitiba, 06 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 13 de agosto de 1975, ao Convênio celebrado em 28 de dezembro de 1973, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de SÃO JORGE DO IVAÍ, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado
– À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 75/75

Curitiba, 06 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado pe-

lo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública com o Município de CAMPO DO TENENTE, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido de fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado
– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 76/75

Curitiba, 06 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 09 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de SALTO DO LONTRA, objetivando a construção, na sede do referido município, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado
– À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 77/75

Curitiba, 06 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 04 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, objetivando o intercâmbio e a cooperação técnica entre seus Sistemas de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado
– À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 78/75

Curitiba, 06 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 25 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná e o Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA, objetivando estabelecer programa de assistência técnica no sentido de implantação da Região Metropolitana de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado.
– À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 79/75

Curitiba, 06 de outubro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Administração, com os municípios abaixo especificados, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais:

MUNICÍPIO

DATA DA CELEBRAÇÃO

Nova Aliança do Ivaí	04/07/75
Jardim Alegre	22/07/75
Jardim Alegre	22/07/75
Diamante do Norte	11/08/75
Inajá	12/08/75
Mirador	12/08/75
Marilena	11/08/75
Paranavá	13/08/75
São João	18/08/75
Ubiratã	14/08/75
Icaraíma	13/08/75
Joaquim Távora	22/08/75
Joaquim Távora	28/08/75
Dois Vizinhos	21/08/75
Ampère	20/08/75
Chopinzinho	18/08/75
Santo Antonio da Platina	21/08/75
Mallet	25/08/75
Ibaiti	02/09/75
Astorga	10/09/75
Curiúva	03/09/75
Foz do Iguaçu	14/08/75
Colombo	02/09/75
São Jorge do Oeste	25/08/75
Jundiá do Sul	02/09/75
São Jerônimo da Serra	02/09/75
Salto do Lontra	26/08/75
Lobato	11/09/75
Santo Antonio do Caiuá	13/08/75
Sengés	19/08/75
Santa Cecília do Pavão	03/09/75
Colorado	10/09/75
Roncador	10/09/75
Salto do Itararé	02/09/75
São Mateus do Sul	04/09/75
Barracão	03/09/75
Santana do Itararé	03/09/75
Santa Fé	11/09/75
Grandes Rios	10/09/75
Renascença	27/08/75
Realeza	28/08/75
São João do Triunfo	05/09/75
Imbituva	11/09/75
Flórida	11/09/75
Guairacá	15/09/75.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa, o necessário apoio e consequente aprovação, rei-

tero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado David Federmann, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 76/74, assim como a sua inclusão na Ordem do Dia.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando regime de urgência para as Proposições de nºs 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166 e 167, todas de 1975.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. GABRIEL DANUZIO BONATO, ocorrido no dia 08 de outubro de 1975, nesta Capital.

Solicita, outrossim, sendo aprovado o presente requerimento, seja cientificada a família Bonato, na pessoa da viúva TEREZINHA CAMARGO BONATO, à rua Santo Antonio, 730, bairro Água Verde.

Sala das Comissões, em 09 de outubro de 1975.

a) WALDENÍCIO BARBALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer, ouvido o plenário, seja consignado em ata dos nossos trabalhos, um voto de profundo pesar pelo falecimento de FERNANDO LEMES DE TOLEDO, ocorrido na cidade de Santo Antonio da Platina, que em circunstâncias trágicas deixa o nosso convívio. O falecido era sobrinho do atual Prefeito de Santo Antonio da Platina, Dr. Ademar Lemes de Toledo e filho do prestigioso fazendeiro João Lemes de Toledo.

Da manifestação desta Assembléia, solicitamos seja dado conhecimento à família enlutada, inclusive ao ilustre Prefeito Municipal de Santo Antonio da Platina.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1975.

a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, a retirada definitiva do Projeto de Lei nº 99/75, constante da pauta 2ª sessão, tendo em vista que projeto no mesmo sentido já foi anteriormente aprovado e transformado em Lei.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1975.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, respeitosamente requer, seja solicitado ao Exmo. Senhor Doutor FRANCISCO BORSARI NETTO, Secretário de Educação e Cultura, a construção de salas de aulas para os distritos de Toledo, conforme segue a discriminação: 8 salas de aula para Vila Pioneira, 8 salas de aula para Luz

Marina, 3 salas de aula para Boa Vista e 3 salas de aula para Ouro Preto, todas com demais dependências necessárias.

JUSTIFICATIVA:

Em decorrência do crescimento demográfico das localidades citadas, aumentou em consequência o número de crianças em idade escolar, tornando-se necessária essas providências para dar o devido atendimento no setor Educacional que é muito importante para a coletividade.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1975.

a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvido o plenário, que se encaminhe ao Sr. Chefe do Poder Executivo, considerado o fato de ser o Governo do Estado o principal acionista do Banco do Estado do Paraná S/A., o seguinte pedido de informações: Nas operações de crédito para antecipação da receita orçamentária, realizadas com municípios, exige o Banco do Estado do Paraná aval pessoal do respectivo Prefeito?

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita a V. Exa., após ouvido o plenário, seja encaminhada ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, Dr. Gastão de Abreu Pires, sugestão no Sentido de que sejam procedidos estudos visando acrescentar um parágrafo ao Art. 145, da Lei nº 6174 (Estatuto dos Funcionários Civis do Estado), possibilitando a que o funcionário, na aposentadoria por tempo de serviço ou compulsória por idade, possa desde logo afastar-se de suas funções, com a condição de retornar imediatamente ao serviço, caso a sua aposentadoria não possa ser concretizada.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1975.

a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

Com a criação da Secretaria de Recursos Humanos, está a Administração habilitada a proceder e manter um controle realmente efetivo das condições do funcionalismo estadual, incluindo-se uma contagem atualizada do tempo de serviço de cada servidor.

Isto possibilitará a que o funcionário ao requerer a sua aposentadoria, após consulta à referida Secretaria só o faça quando houver preenchido as condições que a lei exige.

Desta forma poderá, sem prejuízo algum para o Estado, usufruir desde logo da aposentadoria, cujo processo às vezes é moroso, trazendo entraves àquele que dedicou uma vida inteira ao serviço público.

E no caso de não estar ainda habilitado ao benefício, o que raríssimas vezes poderá ocorrer, vigindo um controle efetivo da situação funcional de cada servidor, retornará este ao serviço preenchendo as condições faltantes.

Considerando-se que o atual Governo vem dando toda a atenção ao funcionalismo, mola mestra da administração, e pretende dentro de uma política humana melhorar as suas condições fazemos a presente sugestão.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Uma elogiável providência da Copel é o desconto de 20 por cento concedido sobre a tarifa de energia e isenção do Imposto Único, medida recentemente instituída pelo Ministério de Minas e Energia.

Semelhante acontecimento aparece em boa hora para beneficiar todo e qualquer consumidor residencial monofásico de energia elétrica que gasta até 30 quilowat-hora no decorrer de um mês.

Justo é sublinhar que a Copel empreende um grande passo à frente, pois o fato é do mais elevado alcance social, e torna possível o atendimento aos interesses dos pequenos consumidores que possuem inegável direito de auferir de uma redução dessa natureza.

Para se criar uma opinião adequada da vantagem proveniente da referida redução, é suficiente lembrar que cada consumidor que utiliza 30 quilowat-hora por mês, paga uma importância de Cr\$ 12,60, enquanto o consumidor que gasta 40 quilowat-hora — perdendo, por tanto, o direito ao benefício, desembolsa Cr\$ 27,07.

Eis uma revelação de números, até que ponto a feliz iniciativa da Copel foi proveitosa para milhares de consumidores.

Assim, concebida a utilidade oriunda da medida, os consumidores intensificarão a tendência do controle do gasto de energia elétrica, com um acentuado desejo de conservar a raia de 30 quilowat-hora. Mas, o que maior impressão causa, diz respeito aos usuários de poder aquisitivo inferior. Isto porque o desconto e a isenção surgem para beneficiar, principalmente os consumidores residenciais de recursos ínfimos não somente da Capital e Litoral, mas em várias regiões do Paraná.

Somente a cidade de Curitiba e a zona beira-mar englobam um total de 213 mil consumidores da Copel, dos quais 22 mil e 200 gastam o correspondente a 30 quilowat-hora, durante um mês.

Além disso, na área que se projeta de Maringá, rumo ao Oeste e Noroeste do Estado, existem 15 mil e 600 consumidores da Copel que mantêm, religiosamente, o consumo de energia elétrica dentro do aludido limite. Já na faixa entre Londrina e Maringá, incluindo os municípios de Ivaiporã e Cornélio Procopio, a empresa dispõe de 111 mil usuários, dos quais 12 mil constam, da mesma forma, entre os beneficiados. Na região Sudoeste e na região Oeste que se localiza abaixo do Rio Piquiri, há outros 7 mil e 600 beneficiados, de uma cifra que atinge 70 mil habitantes.

Figuram como beneficiados, mais 9 mil e 700 consumidores dos 50 mil situados na região dos Campos Gerais e em partes do Sul e Centro do Estado.

Assim, a medida da Copel tenciona estimular a economia de energia elétrica, premiando os que possuem poucos recursos e pertençam à classe menos favorecida do nosso País. Do exposto, chega-se à conclusão que a providência tomada pela Copel, meritória, bem intencionada e, sobretudo altamente louvável, pois beneficia diretamente o pequeno consumidor.

Congratulo-me pois com a plausível iniciativa da Copel, cujo objetivo precípuo provou ser a meta — o homem. Que esta atitude correta sirva de precedente para os que possam seguir-lhe o exemplo”.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito chamada nominal, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Defiro o pedido. O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

— É feita a chamada.

O SR. PRESIDENTE — 40 Srs. Deputados responderam à chamada nominal. Havendo quorum para o prosseguimento da deliberação desta Assembléia, concedo a palavra ao Sr. Depu-

tado Lúcio Machado, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O mundo cristão admite a Bíblia como o Livro dos Livros, e a própria sociedade de consumo deste mundo faz citações constantes de trechos deste Livro, quando quer retrospectar fatos que ferem a dignidade, a moral e os costumes. Nós vemos, num determinado local, no decorrer deste Livro descriminativo, um preceito que diz: “Dai com a mão direita, e que a esquerda não saiba”.

Posteriormente nós verificamos fato de relevante importância e que tem uma aproximação extraordinária com este versículo bíblico, que diz: “Infeliz daqueles que tocam trombetas, porque jamais serão recebidos pelos toques de trombetas da vida eterna”.

Nós vemos aqui, hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para nossa vergonha e para vergonha da estrutura política deste Estado, saber, que a vaidade do Homem é incomedida e que ele, em troca de uma fotografia num órgão de imprensa, chega a se rebaixar ao ponto de faltar com o respeito à pessoa humana, aquela que chamamos de menos favorecida pela sorte, aquela que tem os pés, as pernas, sem condições de movimentá-los.

Estre retrato, esta fotografia está a estampar este órgão de divulgação da Associação das Câmaras Municipais do Paraná, publicada em primeira página. Sua Excelência o Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, reunindo o “staff” de seu Gabinete, promove discurso, para a entrega de uma cadeira de rodas, comprada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o dinheiro do povo, dinheiro conseguido através dos tributos, tributos que imperam sobre as grandes empresas e também sobre o esmoler, sobre as viúvas, sobre os abandonados. Em todos os países se pagam impostos, mas o que não é justo é que o “reizeinho”, Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, não perdoe nem sequer os marcados pelo próprio destino, aqueles que prescindem de uma cadeira de rodas, para se movimentar, e contraria o própria determinativa bíblica que ao mundo cristão ensina: “Ama a Deus e respeita o teu próximo”.

Está aqui a demagogia mais barata, mais baixa e mais desumana.

Venho aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedindo que conste dos Anais da Casa a manifestação e o repúdio de um homem público que já passou por uma Câmara Municipal, que já passou por uma Prefeitura num período de 5 anos, que já deu assistência a centenas de pessoas, a miseráveis irmãos menos favorecidos pela sorte que existem neste País, mas, que jamais fez ou permitiu que se fizesse demagogia à custa dos menos favorecidos pela sorte.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, segundo orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em Ponta Grossa a firma Nagazaki, representada por um dos seus Diretores, Dr. Wallace Pina, fez recentemente doação de 24 mil m² de um alqueire de terras destinado à construção de uma Vila Militar da Unidade da Polícia Militar ali sediada, justamente esta que não poderia de forma alguma, deixar de registrar, nesta Casa, a qual deu uma medida um pouco amenizadora aos homens que integram o 2º Batalhão ali sediado, da Polícia Militar do Estado do Paraná. Consequentemente a este ato, o Sr. Prefeito de Ponta Grossa determinou que toda a infra-estrutura, de que toda a atenção que o Poder Público poderá dispor para atender a questão das casas dos Srs. Militares da Polícia Militar de Ponta Grossa, tenha um pouco de assistência por parte do Governo. Nesta mesma doação, esta mesma firma doou ao Paraná, ao Governo do Estado, uma outra área destinada à construção da 2ª Circunscrição do Trânsito de Ponta Grossa.

Área essa carente, pedida e referendada nesta Casa, por diversas vezes, não só por este Deputado mas por companheiro nosso Deputado David Federmann, que sempre faz ver ao Governo a carência da 2ª Ciretran do município, obra que não será da Princesa dos Campos mas das 14 cidades que compõem a micro-região, Srs. Deputados, queremos entrar com um pedido ao Sr. Secretário de Segurança do Estado, onde está subordinada a 2ª Ciretran, para que, de imediato, estabeleça convênio com a Prefeitura de Ponta Grossa para construção de uma das obras mais prementes de sua administração, de segurança deste Estado, com a construção imediata da 2ª Ciretran no município, representado pela região dos Campos Gerais, Com este patrimônio doado pela firma que é representada pelo Dr. Wallace Pina, não terá o Governo outra saída, nem mais respostas evasivas quando pedimos e reclamamos aquilo que é a segurança de todos os municípios, qual seja a tranquilidade do trânsito, qual seja, obra que requer um assentamento principalmente de pessoas humanas e pessoas da região pobremente assistida pela segurança deste Estado no que concerne à Circunscrição de Trânsito.

Queria, Sr. Presidente, aproveitar esta ocasião, também para entrar com um requerimento, pedindo a volta do chefe do trânsito exonerado, Sr. Cid Alvarenga Teixeira, da chefia da segunda CIRETRAN, onde desenvolveu um trabalho decente voltado exclusivamente para os interesses da comunidade, e que por uma questão funcional da carreira militar, foi afastado das suas funções.

Juntamente com o Deputado David Federmann, estivemos com o Sr. Chefe da Casa Civil do Palácio Iguaçu, Dr. Armando Queiroz, que nos disse que haveria um remanejamento de oficiais no interior do Estado, e que provavelmente, através de uma portaria do Sr. Comandante da Polícia Militar, de lá que teria partido esta medida. E o Governo estaria na medida do possível atendendo a esta solicitação da volta, desde que a Polícia Militar concordasse.

Em contato com o Deputado João Cioni Neto, tive a satisfação de que em Umuarama, aonde desenvolvia atividade como esta, o chefe do trânsito, o Sr. Tenente da Polícia Militar, com a mesma medida, foi retirado e agora reconduzido à chefia da Circunscrição. Estarei entrando com um requerimento nesta Casa, Sr. Presidente, para uma medida que virá de encontro à população, à comunidade, que é a volta do Sr. Chefe do Trânsito à nossa cidade, que com a volta daquele administrador da 2ª CIRETRAN, Ponta Grossa terá como teve durante seis anos, a tranquilidade de ter à sua chefia um homem integro, voltado realmente aos interesses do Estado, no que concerne ao trânsito.

Era a nossa solicitação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, terceiro orador inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Dirijo-me à tribuna desta Casa para denunciar, mais uma vez, fatos graves que conturbam a educação em nosso Estado.

Estiveram reunidos segunda-feira, dia 6, nesta Capital, mais de 70 diretores de colégios particulares e oficiais para tratarem de assunto urgente considerando as perspectivas sombrias em que se encontra o Ensino Supletivo do nosso Estado, após o Parecer 2929/75 do Conselho Federal de Educação.

É preciso lembrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o ensino supletivo teve suas raízes em nosso Estado com a criação dos mini-ginásios e mini-colégios, há mais de oito anos.

Vistas as vantagens destes para a educação de adolescentes e adultos, a lei 5692/71, que atualizou o ensino no País, institucionalizou-os em caráter nacional através do sistema de ENSINO SUPLETIVO.

A larga experiência em nosso Estado através deste ensino

acelerado que estimula o adolescente e o adulto, defasados na idade, comprova as vantagens, a necessidade e a maturidade deste tipo de ensino no Paraná.

Hoje, prezados Senhores, mais de 150 estabelecimentos de ensino particulares e oficiais, baseados na Resolução 20/72 do Conselho Estadual de Educação, resolução esta normativa do ensino supletivo no Paraná, desenvolvem um trabalho educativo com aproximadamente 30 mil jovens e adultos dantes marginalizados do processo educativo regular.

E agora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Paraná se sente aniquilado e arrasado e humilhado diante do Parecer 2929/75 do Conselho Federal de Educação, inibidor que este se torna de todo o avanço no ensino supletivo conquistado com imensos sacrifícios pelos educadores do nosso Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Parecer 2929/75, de 12 de setembro deste ano traz em seu bojo o extermínio do ensino supletivo em nosso Estado nos moldes em que até agora vinha sendo adotado, isto é, com avaliação dentro do processo.

Este Parecer 2929/75, consequência de experiências desastrosas nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, é uma afronta à seriedade de ensino supletivo em nosso Estado.

O Paraná é o único Estado do Brasil que pode dar sua contribuição consciente para o ensino supletivo em termos nacionais. Não admitimos, portanto, que ao invés de o Paraná oferecer subsídios a este tipo de ensino, simplesmente se curve e acate passivamente essa experiência desastrosa de outros Estados que deu origem ao Parecer 2929/75, como se Província ainda fosse do Estado de São Paulo.

O Paraná precisa dizer "não", e para isto eu peço aos Senhores Deputados que solicitem do Sr. Ministro da Educação paranaense que é, a não homologação deste novo Parecer do Conselho Federal de Educação, a fim de evitar uma catástrofe maior com prejuízos irreparáveis de natureza educacional, social, moral e material.

Fica aqui o apelo deste Deputado, não em nome do MDB, mas em nome da educação supletiva deste Estado que se sente profundamente ofendida diante desta verdadeira calamidade que é o Parecer 2929/75."

Sr. Presidente, é lamentável, é triste o quadro do ensino supletivo no Paraná. 150 Colégios irão fechar suas portas. 30 mil alunos não terão mais onde aprender. 30 mil alunos serão marginalizados, porque marginalizados no ensino se encontravam quando não existia o ensino supletivo no País.

E os direitos adquiridos?

O Parecer 2929/75 acaba de uma vez com o ensino Supletivo.

É necessário que a CPI da Educação no Paraná tome conhecimento deste fato e que o coloque para ser analisado nesta Comissão, por se tratar de um dos fatos mais graves da educação em nosso Estado.

Eram estas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel, quarto orador inscrito.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O magistério brasileiro, humilhado, esquecido, massacrado, viu, nos últimos tempos, brotar um ponto de esperança, na legislação brasileira, em vias de ser modificado, por iniciativa de parlamentares, paranaenses.

O magistério humilhado, sacrificado, via nascer a esperança, através da emenda constitucional, proposta na Câmara Federal, pelo Deputado Álvaro Dias, que, juntamente com Gamaliel Galvão, obtiveram o apoio de mais de uma centena de assinaturas de deputados federais, conseguindo, portanto, as condições legais e constitucionais para tramitação dessa emenda constitucional que representaria um sorriso na face do professor brasileiro, já há tanto tempo esquecido.

As emissoras de rádio e televisão, os jornais, a imprensa em

geral, anunciaram, aos quatro cantos desta Nação, que, desta vez o Brasil faria justiça ao magistério.

Parlamentares da Aliança Renovadora Nacional abriram seus braços e ofereceram seu apoio a essa matéria de profunda e grande importância.

Até mesmo no Estado do Paraná, o ex-Secretário de Educação e Cultura, em seu programa televisionado, anunciava, há poucos dias, que ambos os partidos políticos, Arena e MDB, marchariam unidos para fazer justiça aos professores brasileiros.

E não é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, na tarde de ontem, recebemos a triste, a negra comunicação, o companheiro que teve a iniciativa de apresentar essa emenda constitucional, o Deputado Federal Álvaro Dias, que o partido situacionista, que a Aliança Renovadora Nacional, a ARENA Brasileira, havia, para infelicidade de todos nós, fechado questão contra a emenda constitucional, esperança do magistério brasileiro.

Devo, nesta oportunidade, registrar o procedimento, a coragem, a atitude, o posicionamento de alguns ilustres arenistas, liderados pelo Deputado Norton Macedo, Deputado arenista, que fizeram redigir, e encaminharam, à Câmara Federal, um protesto de alguns Srs. Deputados Arenistas contra a medida partidária que veda, que veta e impede o Parlamentar de dar o seu voto em favor, não de uma matéria do MDB, mas, em favor da Educação, em favor daqueles que tudo dão em prol de nossa juventude brasileira.

Não houve quorum para apreciação, nesta semana, da referida emenda constitucional. É provável que o partido governista, fazendo questão fechada, permaneça na obstrução na tramitação da matéria, até dia 17, o que provocaria seu arquivamento.

Encontram-se nossos companheiros emedebistas, certamente, contando com algumas contribuições daqueles que, por iniciativa de liberdade, de espírito e de consciência, procuram oferecer condições para tramitação e julgamento da matéria na Câmara Federal.

Tentarão levar esta emenda à apreciação no Dia do Professor, quando esta Nação terá oportunidade de mais uma vez julgar a todos os homens públicos que recebem e que receberam e que haverão de pleitear novamente o julgamento do voto direto do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE — Comunico que o tempo está esgotado e concedo mais uns instantes para V. Exa. concluir.

O SR. DEL CIEL — Agradeço, Sr. Presidente.

Aqui passamos para registrar na Casa Parlamentar do povo paranaense, esse acontecimento que marca fundo na nossa alma e vem em prejuízo, como já disse, do magistério, de uma classe já desesperada em todo o território brasileiro.

Que se ergam as vozes enquanto tempo ainda há, que sigamos todos nós os reclamos de milhares e milhares de professores do Paraná e de todo território brasileiro, que apelaram pedindo por amor de Deus, que lhes seja concedida a aposentadoria aos 25 anos de trabalho, já marcados por toda uma existência de contribuição a esta Nação e a nossa gente, e quase nada recebendo em troca.

Que o Paraná se una aos demais Estados da República Federativa do Brasil, e aos milhares e milhares de telegramas enviados ao Deputado Álvaro Dias, aos Deputados da ARENA, ao líder do Partido governista na Câmara Alta, para que desperte, para que deixe de fechar questão nesta matéria humana que é devida ao magistério paranaense e brasileiro, por justiça e por direito.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, quinto orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos aqui para hipotecar nossa solidariedade e congra-

tulações ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social pela disposição de dar cadeiras de rodas aos paranaenses que se arrastam, aos brasileiros que aí estão se arrastando e necessitando desse benefício, com dinheiro que o governo arrecada do povo e que deve ser aplicado em benefício do próprio povo.

Não podemos nos conformar, porque o Secretário Arnaldo Busato, não fez outra coisa senão trabalhar por seu Estado e principalmente por aquela gente cristã, menos favorecida pela sorte, que ele seja criticado.

Como dizia Cristo, nas suas pregações “perdoai os inocentes, porque não sabem o que dizem”. Perdoai os que são contra as vacinas, perdoai os que são contra as internações, perdoai aos demagogos porque não fazem outra coisa senão atacar secretários que estão trabalhando pelo Paraná e pela sua gente. Respeitamos nossos colegas, mas não podemos admitir é ver um secretário que para orgulho do Paraná e para orgulho da equipe de Governo Jayme Canet Junior, foi o pioneiro a trazer a vacina pólio ao Paraná, foi o pioneiro a trabalhar pelo Paraná carregando verbas para este Estado e para este povo, como dizia Cristo, “que os fariseus não querem entender”. Não haveremos de fazer como Pilatos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós vimos aqui ser atacado um dos mais brilhantes secretários, um ex-deputado do maior gabarito, um homem que atende ambas as bancadas, um homem que tem um alto conceito à doura e ilustrada bancada do MDB, por isso nos rebelamos, quando vem um dolega nosso, menos avisado, atacar aquele Secretário, secretário que não faz demagogia que apenas aplica o dinheiro do povo em benefício deste mesmo povo.

Muitas vezes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vemos auxiliares de Deputados do MDB, reivindicarem a justiça, o que é justo, na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, e o Secretário Arnaldo Busato recebe a todos e dá a todos os moradores do Paraná, aos menos favorecidos pela sorte, o mesmo tratamento.

Quando o Sr. Secretário distribui uma cadeira de rodas ele não pergunta se é eleitor do MDB ou da ARENA, ele está apenas cumprindo com sua obrigação, sem favor algum. Ele faz isto porque ele aplica o dinheiro do povo em benefício deste mesmo povo. É nesta hora que queremos deixar o nosso protesto e a nossa admiração ao Sr. Secretário Arnaldo Busato, quando distribui cadeiras de rodas, medicamentos, cobertores e agasalhos como agora o fez, neste flagelo por onde passou Curitiba. Olhando pelo povo, “pari passu”. Neste momento é que queremos discordar do colega que nos antecedeu, criticando um secretário que só tem consideração pela nossa bancada, consideração pela bancada emedebista. Por isto, Sr. Presidente, é que não podemos nos calar.

Queremos deixar aqui o nosso protesto. Que se venha à tribuna, não se fazer demagogia, mas para se apontar os erros que realmente existam, e que possam ser corrigidos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nossa passagem pela tribuna na tarde de hoje tem por escopo a apresentação de um requerimento, que passaremos a ler: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, a inserção na ata da Sessão de hoje de voto de congratulações à Igreja do Evangelho Quadrangular — Cruzada Nacional de Evangelização, pela realização em Curitiba, da 17ª Convenção Regional que, solenemente, será aberta às 20:00 horas de hoje, à Rua Alberto Foloni, 124, com a presença de 300 delegados dos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Iniciada no verão de 1922 pela consagrada Missionária

Aimé Semple McTherson, a pregação da mensagem evangélica quadrangular — Cristo salva, cura, batiza e voltará transpor as fronteiras dos Estados Unidos da América do Norte, sensibilizando elevado número de pessoas de vários países. Alcançando a nação brasileira, onde também prosperou, está sendo desenvolvida hoje por centenas de pastores, missionários e obreiros, sob a liderança do Conselho Nacional de Diretores, atualmente composto pelo Presidente Rev. George Faulkner, Vice-Presidente Rev. Ismael Pereira do Lago, Secretário Executivo Rev. Dr. Euclides Raymundo Tavares, Secretário Rev. Dr. Jaime Paliarim, Tesoureiro Rev. Carlos Alberto de Quadros Bezerra.

Tendo como superintendente o Rev. Eduardo Zchojevski, a obra de edificação espiritual é desenvolvida na região de Curitiba, por 19 igrejas e 115 congregações, formadas por aproximadamente 6.000 membros.

Na cidade de Araucária, encontra-se o Educandário Mariano Rodrigues de Castro que abriga e cuida da formação integral de mais de meia centena de crianças desamparadas e necessitadas.

Mantém, ainda, na Capital paranaense, diversos programas radiofônico de envergadura que visam o aperfeiçoamento da fé, e divulgação dos inegáveis princípios bíblicos notadamente do evangelho de Cristo.

Requer ainda, se aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Presidente do Conselho Nacional de Diretores e ao Superintendente Regional da entidade em destaque.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 1975".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, o sétimo orador inscrito, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, o assunto Educação parece que está em pauta.

Nós queremos, desta tribuna, deixar gravado na Casa o nosso protesto e total desaprovação por um ofício que esta Casa recebeu, assinado pelo Sr. Secretário de Educação e Cultura, Sr. Francisco Borsari Neto, e também cobrar uma afirmação e uma promessa deste mesmo Secretário.

Os nossos pares se lembram que este Deputado propôs nesta Casa de Leis, pretendendo contribuir com o funcionalismo público deste Estado e com a administração do Governo Jayme Canet, uma matéria legislativa, na sessão do dia 20 de junho deste ano, cujo documento encaminhávamos como sugestão das restrições do Poder Legislativo deste País, sem possibilidade de legislar sobre matéria que aumenta despesas públicas, nós encaminhamos naquela ocasião ao Governo do Estado, como sugestão desta Casa, e o plenário acolheu por unanimidade, um anteprojeto de lei para que o Chefe do Poder Executivo do Paraná remetesse, para apreciação, aquilo que esta Casa desejava, a matéria em questão; solicitando de vez o problema do professor suplementarista do nosso Estado, para que terminasse de vez esta disputa espúria, inconcebível, injusta que se trava, que se vem travando entre o Estado e os professores uma parcela dos professores suplementaristas do nosso Estado.

Naquela oportunidade, além da redação da sugestão do projeto de lei, dissemos, num dos itens da justificativa, considerando que experiência anterior demonstra que o Estado perderá qualquer luta nesse sentido, em todas as instâncias, o que obrigará os cofres do Executivo Público Estadual a suportar grandes encargos e responsabilidades que podem e devem ser evitadas, recebemos, logo depois, como resposta do Sr. Secretário de Educação, o que aqui está em nossas mãos, uma série de evasivas, uma citação cansativa de decretos de leis, etc., que dá vontade de protestar de agir de se conduzir, de uma maneira completamente diferente, e o Sr. Secretário ainda teve a coragem de afirmar nas suas afirmações, nas suas respostas: "Como consequência desta medida os professores suplementaristas tiveram atendidas e satis-

feitas algumas das suas aspirações mais antigas e mais prementes, de forma que, atualmente gozam do "status" de servidores públicos, sujeitos ao regime especial de trabalho todos com uma série de direitos e vantagens, consagradores da nova situação jurídica que alcançaram graças à compreensão e ao esforço do Governo do Estado."

E aqui está o nosso protesto. E hoje a imprensa paranaense anuncia: "Suplementaristas ganham na Justiça" Em nossas mãos está o jornal "O Estado do Paraná", que informa: "A Justiça obriga o Estado a pagar 40 milhões de cruzeiro referentes à somas vencidas." Mais adiante: "É o Estado obrigado a pagar ao BNH, referente ao Fundo de Garantia da folha de pagamento mensal de todos os suplementaristas, 652 reclamantes na ordem, de 100 milhões de cruzeiros".

E a reportagem ainda alerta que estas importâncias poderão duplicar, triplicar ou alcançar níveis insuportáveis, se não houver por parte do Governo do Estado, o cumprimento imediato da decisão superior do Poder Judiciário.

E, finalizando, Sr. Presidente, cumpre cobrar agora do Sr. Secretário, e ele mesmo propôs no documento que encaminhou a esta Casa, que diz assim: "Finalmente, o anteprojeto oferecido a título de colaboração, pelo signatário do requerimento, envolve matéria de competência privativa do Poder Executivo, como o seu autor reconhece, estando essa matéria, sub-judice, segundo antes se salientou, "É noportuna a sua apreciação antes do pronunciamento definitivo do Poder Judiciário."

Desde que o Poder Judiciário já tenha se pronunciado, que o Sr. Secretário tenha a ousadia e a coragem, com o beneplácito do Sr. Governador do Estado, de agora examinar com seriedade a matéria que este Poder encaminhou como sugestão, para que venha finalmente, atender os legítimos direitos de professores suplementaristas do Paraná e termine de vez com esta briga estúpida e vil que o Governo do Estado insiste na continuidade. Era só.

(Com revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. WALDENICIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Não é fácil, Sr. Presidente, Srs. Deputados, assomar à tribuna para abordar tema político, principalmente quando o orador traz consigo a indizível inibição, decorrente de sua natural formação e do regime de exceção em que vivemos.

Confesso, e não me envergonho ao fazê-lo que, além disso, tenho medo, medo de falar, medo de emitir conceitos doutrinários ou políticos a respeito do tema a que me proponho nesta tarde.

E não tivesse o nobre Deputado Fidelcino Tolentino, no Grande Expediente da última semana, ventilado o comportamento parlamentar e político do senador norte-riograndense Dinarte Martins, talvez aqui não estivesse, nessa tentativa de vencer um sentimento que a longo tempo vem me atormentando e, por certo, a grande maioria dos políticos e do povo brasileiro.

Ainda não de todo recuperado da cirurgia que fiz em fins de julho, na vista direita, hospitalizado e de olhos vendados na cidade de Londrina, ouvia pela voz de minha senhora, a leitura de livros e revistas que distraiam o paciente em busca de sua completa reabilitação visual. O autor preferido: Krishnamurti, o grande escritor indú, que tem encantado o mundo intelectual com suas formidáveis publicações e conferências, nas maiores cidades do mundo.

"Toda mudança - dizia - exige ordem." Vemo-nos atualmente num estado de desordem e para sair da desordem neces-

sita-se de ordem: - ordem social, ordem dentro de nós mesmos e ordem em nossos valores, nossa perspectiva das coisas.

"Assim, pois, mudar significa estar livre para estabelecer a ordem." Nesse instante fiz interromper a leitura para pensar na Revolução de março de 1964. Afinal, a Revolução foi feita para que se operasse no País a mudança por tantos desejada. Mas "mudar - repetimos o mesmo autor - significa estar livre para estabelecer a ordem." Sem liberdade não há mudança. Esse pressupõe liberdade. Os conceitos estão intimamente ligados. Somos porventura um povo livre? Vivemos, efetivamente, um clima de liberdade?

A Revolução de 64 recebeu a colaboração da grande maioria do povo brasileiro. Formidáveis iniciativas foram tomadas em nome da liberdade. A história registra o movimento feminista, iniciado em São Paulo: - A FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE. Sob a proteção de Deus, a mulher brasileira clamava por liberdade.

Anos depois, aflita, bate às portas da Câmara, do Senado e das Assembléias Legislativas, em busca do filho, do marido, do parente ou amigo, preso pela Revolução que ela ajudou a fazer, sob a proteção de Deus, em nome da liberdade.

Torturados, quem é capaz de negar, quantos foram? Desaparecidos, quem sabe quantos?

Afinal, só o Ministro da Justiça, convocado, poderia no Congresso Nacional, em nome do Governo, dar as necessárias informações a respeito. Contudo, a Revolução nega à mulher brasileira o direito de saber o verdadeiro destino dos seus antes digo dos seus entes queridos. . .

Mesmo assim, ela não se acovarda. Luta bravamente, como pode, é verdade. Solidariza-se à nossa tese de anistia aos atingidos por atos de exceção mas, o Governo parece insensível à sua dor e ao seu sofrimento.

Prestando esta justa homenagem à coragem da mulher brasileira, pretendo, ainda que através de processo gradual, libertar-me definitivamente do medo. O mal, entretanto, não é somente nosso.

O Senador Teotônio Vilela, afirmou em discurso proferido durante a Convenção Nacional da Arena: - "Agora, reunidos em partido, resta-nos buscar o ordenamento da liberdade, o que só ainda não foi conseguido por uma única razão: - o medo. "E continua o notável Senador: - "Vencido o medo e a subserviência, ficará fácil compreender que a Revolução de 64 foi feita, basicamente, para restaurar as franquias democráticas."

Aqui e alhures as opiniões sensatas coincidem. Falando na Universidade de Chicago, em outubro do ano passado, nas comemorações do sétimo centenário da morte de São Tomás de Aquino Dr. Heler Camara, Arcebispo de Olinda e Recife, afirmava com ênfase: - "São Tomás tem lições importântíssimas a transmitir aos homens de hoje e aos homens de todos os tempos. Permite que eu destaque duas dessas lições, salvo engano, das maiores que ele legou a humanidade: a lição da falta de medo, a lição de coragem do lidar com Aristóteles, considerando em seu tempo, era um pagão, um materialista, um pensador perigoso, amaldiçoado." Mais forte, e mais bela que a sua coragem - continua D. Helder - foi a sua perene sede de verdade.

Para buscar a verdade, por mais escondida que ela estivesse, por mais deformada que ela se achasse, prisioneira ou até enlouquecida, Tomás não media esforço e aceitava quaisquer sacrifícios". Eis aí a grande lição do Sr. Angélico, do Dr. dos doutores, proferida há mais de setecentos anos e repetida, com oportunidade, aos homens de hoje.

Vinculado pelo costume, pelo sotaque, pela tradição do meio rural onde nasci: - menino de engenho criado na bagaceira longe porém, de ser equiparado ao famoso personagem de José Lins do Rego, continuo preso a terra natal, em razão de tudo e muito especialmente dos laços especialmente como disse parentesco e fraternal amizade ao povo norte-riograndense.

Porisso mesmo senti o destaque negativo indiretamente

conferido ao meu Estado natal, com toda justiça, pelo nobre Deputado Fideleino Tolentino.

Realmente, o comportamento parlamentar do Senador Dinarte Martins compromete a cultura jurídica e a sensibilidade do povo potiguar. Do seu primarismo brotam idéias, ditos e conceitos que repugnam a consciência dos homens preocupados com a volta do país ao verdadeiro estado de direito.

Recentemente investiu S. Exa. contra as eleições diretas para governadores em 1978, infelizmente, para os atos públicos, encontrando, decorrentes de sua imaginação criadora, seguidores eméritos: - professor de Direito Constitucional e prestigioso líder partidário lhe emprestaram o respaldo jurídico para as suas teses, esdrúxulas, teses, que, felizmente, encontraram a repulsa de homens de bem, autênticos democratas, fieis patriotas, que colocam o supremo interesse do Estado acima da pretensão enlouquecidos de entendimentos aos interesses pessoais de quem quer que seja.

Uma dúvida, porém, porém, me assalta:

Que será o Senador Dinarte Martins? Agente provocador, no dizer agressivo do nobre Deputado Alencar Furtado? A ave de mau agouro na afirmativa hilariante do ilustre senador Eurico Rezende? ou o instrumento pernicioso nas mãos dos que, sob o ponto de vista cultural, lhe são hierarquicamente superiores e como tais, em condições de remetê-lo à linha de foto para enfrentar os primeiros e perigosos combates?

Deputado Célio Borja, professor de Direito Constitucional, Presidente da Câmara dos Deputados, propôs a abolição do novíssimo programa da ARENA, notícia a Imprensa. E o Senador Petronio Portela, ex-Presidente do Diretório Nacional da Arena, líder do Governo do Senado da República declarando-se tradicionalmente a favor das eleições indiretas, também solidariza-se ao proveito senador, proferindo a sua sentença: "se circunstâncias relevantes, ponderáveis e de interesse do país, indicarem necessidade de eleições indiretas, esta decisão deverá ser tomada pela Arena, não obstante o princípio doutrinário das eleições diretas haver sido inscrito em seu Programa, por vontade expressa da maioria do partido, pois um programa deve ser dinâmico, ajustando-se às realidades emergentes: Tão dinâmico - comenta o Estado de São Paulo, no dia primeiro deste - que as circunstâncias prevaleçam sobre os princípios e a vontade expressa dos supostos representantes do povo.

Tão dinâmica que possa ser abjurado sem remorsos, ao despontar de alguma realidade emergente". Tão dinâmico que possa ser batido em retirada. Petrônio Portela já preparou a sua particular: - foi sempre, doutrinariamente, a favor de eleições indiretas, embora "um filho do pleito direto", espúrio, supomos - conclui o editorial do prestigioso matutino do vizinho Estado de São Paulo.

O país inteiro sabe que o Senador Dinarte Martins defendeu abertamente a absolvição do ex-senador Wilson Campos. E vibrou de alegria ao ser acionado, mais uma vez, o Ato Institucional nº 5. Para ele, a majestade do poder ao qual pertence, embora tradicionalmente independente e autônomo, está aquém da vontade absoluta e suprema do Chefe da Nação.

que faria o pobre senador, se um dia, exercendo função tipicamente judicante, como ensina Seabra Fagundes, ex-Ministro da Justiça do Governo Café Filho, viesse o Senado julgar por crime de responsabilidade o Presidente da República?

Advogaria S. Exa. para si e para os demais membros da Instituição a aplicação do Ato Institucional?

De uma coisa estamos absolutamente convencidos, não obstante o seu primarismo e suas ultrapassadas idéias, o senador potiguar é homem de inegável prestígio. Faz parte da Mesa do Senado; insinua-se porta-voz do, Exército Nacional; e, depois de avistar durante 40 minutos com o Presidente da República, defende e proclama a elaboração de uma nova Constituição que suprima formalmente a Federação.

Em discurso pronunciado ao Senado, no dia 20 de julho próximo passado, o Senador Dinarte Mártins advertiu: "O Congresso poderá ser novamente fechado", lembrando aos seus pares o que disse em 1968, quando do episódio Márcio Moreira Alves.

Desse acontecimento, que redundou no recesso do Parlamento, eu me recordo do histórico voto do então Presidente da Comissão de Justiça da Câmara, o Deputado Djalma Aranha Marinho: "A meu rei dou tudo, menos a honra". Votou contra seu partido e o Governo. O seu feito o engrandeceu, cada vez mais, no conceito dos homens do seu Estado, o Rio Grande do Norte, e da Nação brasileira, que sabem ter sido o insigne parlamentar, durante trinta anos, de dedicação à vida pública, representante autêntico do seu povo e expoente máximo da cultura jurídica de sua terra natal.

Por isso mesmo, Sebastião Neri, no seu Livro "AS DEZESSEIS DERROTAS QUE ABALARAM O BRASIL" comenta: Djalma, o filósofo, a consciência crítica do povo, da tribuna do Congresso em Brasília, pronunciou a mais honesta e profunda auto-crítica feita por alguém da Arena, sobre as eleições de 74: "A Nação votou contra os rumos que o Estado vem imprimindo ao País. Fê-lo por inspiração do Chefe do Estado. Por isso, esta eleição, travada no décimo aniversário da Revolução de Março, teve caráter plebiscitário e se transformou no fato político mais relevante do último decênio. Neste sentido, permito-me dizer que essas foram as eleições mais importantes realizadas no País."

E continua o nobre Deputado:

"Crescemos, é verdade. Exportamos, é verdade. Abrimos estradas, é verdade. Reformamos os nossos portos, é verdade. Construímos mais casas, é verdade. Nossas indústrias cresceram, é verdade. Nossa geração de energia elétrica expandiu consideravelmente, é verdade. O número de automóveis construídos e em circulação aumentou substancialmente. Implantamos um avanço no sistema de telecomunicações. Mas tudo foi imposto à Nação, de cima para baixo, sem debate, sem alternativa, como expresso da própria Nação.

A Nação recusou, sem contestação, o modelo que lhe foi ditado pelo Estado. Não que rejeite o desenvolvimento. Repeliu no modelo, a forma de sua imposição, o preconceito elitista que o maculava na nascente.

Promover a reconciliação entre o Estado e a Nação equivale a ponderar nas decisões os aspectos sociais, políticos e econômicos, envolvidos em toda e qualquer decisão. O que não é possível, em nome de sua eficácia de pouca duração histórica, é apenas desenvolver, apenas apresentar altas taxas de expansão do produto sem considerar que somos um País desigual e que a miséria é, e será o caldo de cultura de quantos pretendam desviar o País dos rumos que lhes são ditados por sua história, cultura e localização geográfica."

Que magníficas considerações. Magníficas e profundas.

Peço licença ao Sr. Petronio Portela para afirmar com entusiasmo: Estas, sim, são "realidades emergentes" do atual regime que ainda não se encontrou com o verdadeiro Estado do direito.

Por isso o Rio Grande do Norte elegeu Agenor Maria, o já famoso marinheiro tatuado, que contribuiu para a derrota do nazismo e a vitória da Democracia em 45 e que surpreendeu, no seu primeiro pronunciamento no Senado da República à imprensa brasileira, em face da segurança dos conceitos emitidos em defesa das coisas do Estado que representa.

Dr. Djalma Marinho, o parlamentar culto e brilhante, a grande vítima da "Realidade emergente". Porque, como diz o escritor Sebastião Nery, Agenor Maria, foi o gemido do povo.

Aqui no meu Paraná, no nosso Paraná, no Paraná que 10 anos antes da Revolução me recebeu em Paranavai de braços abertos.

Eu, egresso do Estado nobre, paupérrimo mesmo, onde mais se acentuam a miséria e as desigualdades sociais, em razão de sua situação geográfica e das condições climáticas do nor-

deste brasileiro. Eu, sedento por um lugar ao sol; aqui, no norte de terras fertilíssimas, consegui tudo o que desejava. Fui muito mais agricultor e pecuarista que advogado. Hoje sou político, porque senti a necessidade imperiosa de retribuir a gentileza da hospitalidade e a facilidade proporcionadas por este grande Estado, na conquista da estabilidade econômica, base fundamental à vida e à educação dos meus filhos, meus conterrâneos do Paraná, do que me considero filho adotivo.

Os mandatos vieram. Primeiro em Paranavai, onde representei o seu povo durante 12 anos consecutivos, na Câmara Municipal. Em seguida, aqui na Assembléia, depois de experimentar o amargor de duas tentativas malogradas.

Sou Deputado. O mandato é difícil de ser exercido na plenitude dos direitos que me foram conferidos, pelo povo, mesmo porque, o Poder Maior, o Poder Supremo da Revolução, ao contrário, restringe direitos e atemoriza o Parlamentar.

Sou homem de partido, respeito o programa do MDB e às suas teses empresto minha solidariedade espontânea.

Pretendo com esse despretençioso pronunciamento, repudiar o comportamento político do Senador Dinarte Marins e, por outro lado, exaltar a entrevista concedida à imprensa brasileira pelo insigne Senador Accioly Filho, que afirmou "não acreditar que alguém possa ser favorável às eleições indiretas para Governador, como artifício destinado a assegurar a hegemonia de um partido. Sou radicalmente contrário a essa forma de eleição. Não porque a entenda antidemocrática, mas porque a julgo inconveniente para a normalização do País. Defendo a necessidade de a Arena procurar a vitória por intermédio dos votos dos eleitores e não por meio de artifícios. Estas podem garantir uma hegemonia a curto prazo, imposta e, por isso mesmo inatural. Não terá a virtude das coisas legítimas e parecerá sempre, aos olhos do povo, como usurpação", conclui brilhantemente, o Senador paranaense.

O Paraná, tem motivos para se orgulhar do seu Senador. O Rio Grande do Norte, ao contrário, tem sobejas razões para do seu representante se envergonhar.

Sei do que falo e de quem falo. Reconheço a força do Poder e o Poder da Força. Reconheço a fama e o prestígio do Senador potiguar. Mas, por mim, não temo as consequências. Pelos meus representados, sim. E se um dia, em pleno voo, impedido for de buscar a liberdade, creiam-me, Sr. Presidente e nobres Deputados, que saberei aterrisar para o silêncio e à perpétua marginalização política impostos, contudo, ficaria contente se me fosse permitido, no recesso do lar, aos meus filhos, com esperança, poder cantar o hino que o patriotismo dos brasileiros me ensinou e que relembro com eterna saudade:

"LIBERDADE, LIBERDADE, ABRE AS ASAS SOBRE NOS"...

Era só, Sr. Presidente, nobres Deputados.

O SR. ACCIOLY NETO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

É com satisfação e sobretudo orgulho, que me permito apartear-lhe em face do que posso vulgarmente chamar de pronunciamento de V. Exa.

Ao contrário, nós tivemos, neste momento, uma dupla lição: a lição de um homem que não esquece o lugar de onde veio, e a lição de homem público que fez transbordar nesta sessão o que há de mais puro, em termo de regime democrático.

V. Exa. fez lembrar com muita propriedade o saudoso pensador brasileiro Malba Tahan, que deixou escrito que "filho ingrato é aquele que esquece a terra onde nasceu". E V. Exa. lembra com muito orgulho a terra onde nasceu.

E foi mais longe, quando também disse ser grato ao Paraná que é a terra que o acolheu. De outro lado, a análise que V. Exa. fez em torno do processo direto de constituição do poder, não é só oportuna mas, sobretudo, válido. É válido hoje, será amanhã e perpetuamente, e tem por isso o seu pronunciamento o dom

de perenidade. Em recente livro do jornalista francês Claude Julien, que escreve em "Le Monde", afirmativa de que o voto universal, grande conquista da própria democracia, começa a ser anulado no momento em que se adota um sistema indireto de eleição.

E isso faz com que, de certo modo, se processe uma regressão ao antigo voto censitário, que garantia somente à elite, o exercício do Poder.

O processo de eleição indireta é uma forma de retirar a constituição do Poder diretamente do povo. E mais do que isso, faço até um raciocínio lógico: ora, se o Poder não é constituído diretamente pelo povo, em seu favor, nós podemos estabelecer que sua origem é a um tempo ilegítima, porque falta-lhe o seu fundamento natural que é a manifestação popular, de outro tanto, é ilícita porque é artificializada exatamente para assegurar o desputor e o despotismo dos imperantes.

Porisso cumprimento V. Exa. pela posição que deixou evidenciada nesta tarde. E desejava, ao final, apenas para esclarecer, em face de referências feitas também por V. Exa., dizer que a posição do Senador paranaense não é de hoje. Em 67, quando se reformou a Constituição Federal, ele, na condição de sub-relator do projeto, havia opinado pelo sistema de eleição direta, mas foi vencido, infelizmente para a Nação, e mais do que isto, infelizmente para a própria democracia brasileira.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Quero agradecer ao nobre

Deputado Accioly Neto a gentileza e a generosidade de suas palavras. Declaro que me sinto mais feliz ainda ao vê-lo solidário com a tese que esposamos nesta tarde.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Waldenício Barbalho, gostaríamos que V. Exa. recebesse também os nossos cumprimentos pelo pronunciamento que acaba de fazer na tribuna desta Casa.

V. Exa. conseguiu, numa peça excepcional, exprimir — e é provável que seja a verdade — o pensamento unânime desta Casa naquilo que diz respeito ao futuro da nação brasileira.

Apenas eu me permitiria, num breve depoimento e sem querer em absoluto mudar qualquer aspecto do discurso de V. Exa., mas por ter conversado a este respeito com Dom Helder Câmara, testemunhar que aquela figura admirável, uma figura quase genial, é impedida de falar dentro do nosso País e, como bem acentuou V. Exa., não consegue tempo para atender convites de países e povos livres e democráticos para fazer conferências sobre os problemas que afetam a humanidade.

A referência feita por V. Exa. me levou a três ou quatro anos atrás, quando de passagem por Olinda, juntamente com outros colegas, tivemos a oportunidade de visitar aquela figura eminente de brasileiro e de sacerdote, que diz que tem que sair do Brasil para dizer aquilo que pensa.

V. Exa., faz realmente, com muita elevação e muito sentido humano a expressão aquilo que vai dentro de todos nós.

Receba os nossos cumprimentos pela felicidade com que se houve uma vez mais nesta tribuna.

Obrigado.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Eu é que agradeço a V.

Exa. pela gentileza do aparte e quero dizer que V. Exa. teve a felicidade de conhecer Dom Helder. Apenas o conheço através de sua pena maravilhosa. Mas, se Dom Helder não pode falar à Nação a respeito do que pensa, é convocado e convidado por tantos, onde há, na realidade, a Democracia. Nós Depu-

por tantos países, onde há, na realidade, a Democracia. Nós Deputados, ainda que corramos o risco, devemos falar.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, gostaria de juntar-me às manifestações já

expressas, para também cumprimentar V. Exa. que fez neste fim de período legislativo, já no mês de outubro, talvez um dos mais importantes pronunciamentos da atual legislatura.

E ontem, Sr. Deputado, quando visitávamos um amigo pessoal, preso na Polícia Militar do Estado, após essa visita, pensávamos conosco mesmo, a respeito de muitas coisas que V. Exa. disse hoje, aqui.

Infelizmente, para todos os brasileiros, hoje o criminoso comum, o homem que mata uma, duas, três ou mais criaturas humanas, da forma mais brutal, tem, juridicamente falando, várias formas de se defender, várias maneiras de fugir à prisão: "habeas corpus" e outras formas jurídicas que poderão fazer com que ele tenha certos benefícios.

Mas, infelizmente, Sr. Deputado, o homem que somente pensa de uma forma diferente, que abraça uma ideologia outra que não nos compete, neste momento, julgar ou ponderar, absolutamente não compactuamos com o terrorismo, ou com mudanças subversivas da ordem, que é aquela mudança violenta quando se impõem as idéias através da força. Mas, não julgamos subversão alguém pensar de forma diferente, sobre o mesmo problema, só porque ele tem outro ponto de vista.

Então, ilustre Deputado, nós que também pela primeira vez exercemos um mandato legislativo, nós sentimos profundamente humilhados no exercício deste mandato, quando vemos que não podemos, realmente, realizar aquela missão que outros nos outorgaram, através de voto livre e direto.

Sr. Deputado, chamou-me a atenção, no seu discurso, um ponto que tenho defendido nesta Casa de várias formas, quando V. Exa. em seu discurso, não se preocupou absolutamente em citar homens do partido "a" ou do partido "b", mas simplesmente citou brasileiros que por circunstâncias várias, se encontram no MDB ou na Arena, esses dois abortos políticos criados pela Revolução que, evidentemente, não representam corrente de opinião pública nacional.

V. Exa. citou homens dos dois partidos, sem querer dizer que eles estão vinculados a um ou a outro partido. Porque, o

País, não se divide hoje, em partidos políticos, mas em homens que pensam na Nação, que pensam no progresso, e sobretudo em sua liberdade; e os homens que se acobertam nos dois partidos e que, absolutamente, só querem fazer o jogo dos poderosos e ser a eles agradáveis.

Aceite, portanto, Sr. Deputado, o nosso abraço e o nosso cumprimento pela sua coragem e pela maneira com que V. Exa. colocou, nesta tarde memorável, as suas idéias. E pode estar certo que são as idéias dos brasileiros que pensam no futuro deste País.

Muito obrigado.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Eu que agradeço a V. Exa., a gentileza do aparte.

E quando V. Exa. em seu aparte, se refere a alguém que porventura possa estar sofrendo em razão das idéias, poderemos até mesmo dizer, com licença do nobre Deputado Accioly Neto, professor de Direito Penal, que as idéias estão inteiramente afastadas do campo da aplicação pena do Direito Penal num regime democrático.

Ninguém pode ser punido pelo fato de pensar. Mesmo porque, na nossa Constituição, está que é livre a manifestação do pensamento. Tudo isso vem reforçar nosso discurso que sintetiza na realidade a liberdade que todos nós almejamos e o retorno deste País ao seu verdadeiro estado, com o respeito à lei e à Constituição.

Não é possível que vivamos num país em que os próprios Deputados declaram de suas tribunas que a Constituição Brasileira foi sepultada; e tem sido também exumada ao saber da vontade do Supremo Comando Revolucionário. Precisamos, nobre Deputado, formular votos para que tudo isso acabe num verdadeiro estado de direito.

O SR. TRAJANO BASTOS — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, não ousei apartear-lo durante seu discurso, temeroso de macular o brilhantismo do seu pronunciamento.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Isso é bondade de V. Exa.

O SR. TRAJANO BASTOS — No entanto, o entusiasmo de que estou tomado não me permite silenciar. Tenho dito sempre ilustre Deputado, que os homens que ingressam na vida pública estão sujeitos a tristezas e também a alegrias. Tristeza, porque vemos na atuação de certos homens públicos deste País, que são verdadeiros sub-produtos do sistema que aí está e no caso podemos compartilhar da tristeza de V. Exa. e sabemos que V. Exa. até certo ponto está triste, porque conhecemos sua formação, por ver que um co-estudante seu tem sido atitude política que entristece seus compatriotas.

Não o culpo. A culpa cabe mais ao sistema e ao regime que gera esse tipo de personalidade.

Mas também é feita de alegrias a vida pública, também é feita de satisfações. E essa satisfação nós vivemos hoje, nesta tarde memorável em que V. Exa. brinda este plenário com pronunciamento da mais alta importância; alegria também e a par desta alegria, o nosso agradecimento ao tradicional e histórico Estado potiguar por ter emprestado ao Paraná um tributo, um patriota da envergadura de V. Exa.

Receba, ilustre Deputado Waldenício Barbalho, a reafirmação do nosso respeito e nossa admiração e neste despretencioso aparte meus parabéns à cidade de Paranaíba que teve a felicidade de acolhê-lo e também ao Estado do Paraná, por tê-lo como um dos deputados mais atuantes e mais representativos.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Eu é que agradeço a generosidade de suas palavras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado pela tolerância com que me ouviram nesta tarde. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, inscrito, advertindo-o de que restam 15 minutos para a conclusão da Hora do Expediente.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante os apartes que foram concedidos pelo ilustre Deputado Waldenício Barbalho, que acaba de ocupar a tribuna desta Casa, alguma coisa não me pareceu muito sensata, porque, na verdade, Srs. Deputados, eu tenho nestes últimos dias acompanhado "pari passu" o noticiário da imprensa nacional e tenho sentido o temor indiscutível daquilo que está tentando minar nesta Pátria, que é o comunismo. E não posso aceitar a tese de que o aspecto ideológico nos nossos dias não possa ser levado em consideração quando, ao abrirmos os jornais, verificamos que em todos os cantos do mundo há o perigo, há a guerra, há o sangue, há o terrorismo.

Numa única página de um jornal de hoje, destacamos que "motoneros" vão intensificar ataques a militares, de que perigo de guerra civil ronda Lisboa, e tantos outros fatos que nós conhecemos, dos problemas da Argentina, Espanha, Portugal e que eu acredito não possam ficar apenas numa observação como se fossem fatos que acontecem em outros campos do mundo e que não pudessem chegar até nossa Pátria. (Lê):

"A imprensa brasileira tem destacado em manchetes, as graves crises que atingem na atualidade diversos países.

Na Argentina, cresce a violência, onde a guerra está à porta das casas.

Ali repetem-se os choques entre guerrilheiros e as forças de segurança.

As últimas notícias dão conta de que o número extra-oficial de vítimas da violência política na Argentina, chega a 687, desde que Maria Estela assumiu o Poder.

Em apenas 1 ano, registraram-se na Argentina 510 mortes por violência política.

Enquanto isso os nossos irmãos de Portugal vivem terríveis momentos de sua história.

Ontem, milhares de operários se dirigiram ao centro de Lisboa para participar de uma aberta manifestação contra o governo, organizada pelos comunistas.

As cisões políticas e militares se ampliam em Portugal, depois que grupos da extrema esquerda e socialistas se acusavam mutuamente de levar o País à beira de uma guerra civil. Basta que se observe que em Portugal, o poderoso Sindicato dos Metalúrgicos, composto de 250 mil membros, é a mais importante organização do país controlada pelos comunistas.

Ao lado da Argentina e de Portugal, está a Espanha, onde o gabinete espanhol se reuniu em sessão de emergência para tratar da intensificação da violência política que causou 6 mortes de policiais em 5 dias e agora parece dominada por cruéis atos de represália.

Tais considerações, Srs. Deputados, ainda que referentes tão somente a 3 países, quando sabemos que são inúmeros os países que vivem dramas iguais, tivemos a intenção de alinhavar para chegar ao problema brasileiro.

Chegar ao Brasil, onde ninguém pode desmentir a paz e a tranquilidade do povo brasileiro, pelo receio de que possa chegar a nossa vez.

Felizmente em nosso País há um governo, forte, sério e disposto a defender a família brasileira contra os subversivos e contra os comunistas.

Recentemente, quando várias prisões foram realizadas no Paraná, houve quem protestasse.

Na verdade, o que ocorria era a articulação subversiva comunista no Paraná, que aqui se processava, que aqui visava a ampliação progressiva de suas bases.

Entendo que o assunto é muito sério e deve merecer uma atenção muito especial da classe política.

Está mais do que evidente que o Partido Comunista Brasileiro pretende se reorganizar em nossa pátria e tanto é verdade que o próprio comunicado oficial da 5ª Região Militar trouxe as informações de que nesta cidade de Curitiba, os "comunas" tiveram uma reunião com a presença de destacados membros do Partido Comunista Brasileiro.

Acredito que estamos vivendo um momento em que é preciso muito cuidado, pois se assim não agirmos, estaremos facilitando a chegada do terror às nossas próprias casas.

É importante que a classe política tenha suas posições.

Mas o que não podemos admitir é que se procure contestar o governo, tentando torná-lo impopular, trabalhando para levar o povo ao descontentamento e à insatisfação, pois agindo assim estaremos tão somente criando o clima tão a gosto dos comunistas, facilitando a sua penetração na massa, possibilitando o alargamento de suas bases de adeptos.

Admito como válida a crítica construtiva, mas não aceito as ofensas aos poderes constituídos.

Entendo que o político deve lutar pelas reivindicações do povo, alertando as autoridades, para medidas que devam ser postas em prática, pedindo providências para fatos determinados mas nego o direito de procurar lançar o povo contra o governo, criando e procurando criar quadros de sofrimento, de fome e de desespero, buscando fazer do Governo o responsável e como consequência, fazendo com que o povo veja o governo como alguém que queira massacrá-lo, como quem possa e não queira ajudá-lo.

Toda atitude que tenha por fim tornar o governo impopular, lançando o povo contra o governo, não passa de colaboração à técnica empregada pelos comunistas, facilitando-lhes a infiltração de seus elementos em todas as áreas e em todas as camadas da população.

Acredito que nós, políticos dos dois partidos, temos que enfrentar a realidade do mundo de hoje.

É importante que nos compenetrems que a ameaça comunista é uma realidade. É uma realidade.

Observe-se que ainda ontem os Ministros da Justiça, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e o Chefe do Gabinete Militar, estiveram reunidos na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional em reunião que terminou por volta das 19 horas e já à noite em Brasília; observadores do Governo entendiam que a reunião poderia estar ligada a um recrudescimento da repressão em face da atuação subversiva em todo país, fato que preocupa suas mais altas autoridades, desde o Presidente Geisel — que, em seus discursos de 1º de agosto e na Convenção Nacional da Arena, alertou para a infiltração comunista em vários setores da vida nacional.

Minha presença na tribuna não tem por objetivo acusar quem quer que seja, mas muito pelo contrário, desejamos é concitar a todos para que possamos juntos lutar pela paz da família brasileira.

Para que possamos juntos, garantir o amanhã de nossos filhos, sem guerrilhas, sem terrorismo, sem sangue derramado de nossos entes queridos.

Vivemos em um momento, que todo cuidado é pouco, quando vários fatos já denunciados, confirmaram indesmentivelmente a infiltração comunista entre nós.

Se Argentina, Portugal, e Espanha viveram em tempo de paz, foi também o terrorismo que foi aos poucos minando, crescendo, até destruir a paz daqueles povos.

Temos que cortar o mal pela raiz e já.

Se alguma dúvida existia a respeito dos presos ou das prisões realizadas no Paraná, onde se confirmou a existência de comitês comunistas em Londrina e Paranaguá, entendo que o recente comunicado oficial da 5ª Região Militar conseguiu colocar as coisas em seus devidos lugares, dissipando dúvidas, esclarecendo a opinião pública e comprovando mais uma vez que o que o Governo deseja é a manutenção da ordem, assegurando a paz à família paranaense e brasileira”.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

A Mesa tem o prazer de registrar a presença no plenário do Sr. Diretor da Secretaria da Câmara Municipal de Ibiçaba.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 63/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 118/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através das Secretarias do Interior e de Saúde e Bem Estar Social, com o município de Japurá, objetivando execução da 2ª fase da construção do prédio destinado a Unidade Sanitária na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 64/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 125/75, que aprova o Termo aditivo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 96/74, de autoria do Deputado Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública, a Associação Evangélica Transmundial, com sede na cidade de Campo Mourão. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 96/75, de autoria do Deputado David Federmann, que declara de Utilidade Pública a

Sociedade Espírita Francisco de Assis de Amparo aos Necessitados, com sede na cidade de Ponta Grossa. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 65/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 127/75, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o município de Nova Londrina, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Arthur Bernardes. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 65/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 30 de junho de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o município de Nova Londrina, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar “Arthur Bernardes”, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) IVAN RUPPEL — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 121/75

I — Em obediência a dispositivos constitucionais, o Senhor Governador encaminha a esta Assembléia Legislativa, cópia autêntica do Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o município de Nova Londrina, objetivando execução de melhorias do prédio onde funciona o Grupo Escolar ARTHUR BERNARDES, daquele município.

II — Conforme dispõe o artigo 47, item IX, da Constituição do Estado, celebrar convênio é da exclusiva competência do Senhor Governador, ad referendum da Assembléia Legislativa.

III — Em assim sendo, manifestamo-nos favoravelmente ao plano de lei em estudo, obedecido os termos do Projeto de Resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) IVAN RUPPEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 66/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição nº 128/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Itapejara do Oeste, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar Humberto de Alencar Castelo Branco. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 66/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo do Convênio celebrado em 30 de junho de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Itapejara do Oeste, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar “HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO”, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 128/75

A presente Proposição que capeia a Mensagem Governamental nº 37/75, encaminha a esta Assembléia Legislativa, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 30 de junho de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Itapejara do Oeste, objetivando a execução de melhorias, no prédio onde funciona o Grupo Escolar "HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO", da sede do referido município.

De acordo com o Art. 47, inciso IX, da Constituição do Estado, é da competência do Chefe do Poder Executivo e celebração de convênios.

Analisando-se os objetivos do aludido convênio, bem como o alcance da finalidade a serem atingidos, o qual seja, reparação para proporcionar melhores condições de funcionamento do prédio Escolar, temos que o mesmo atende os interesses do Estado.

Isto exposto, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) ADALBERTO DAROS — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gabriel Danuzio Bonato. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Fernando Lemes de Toledo, ocorrido na cidade de Santo Antonio da Platina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Feder-

mann, constante do expediente, solicitando regime de urgência, para o Projeto de Lei nº 76/74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando regime de urgência para as Proposições nºs 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166 e 167/75. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando a retirada definitiva do Projeto de Lei nº 99/75, constante da pauta — 2ª sessão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, referente a operações de crédito realizadas pelo Banco do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, reivindicando a construção de salas de aula em diversos distritos de Toledo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, no sentido de que sejam procedidos estudos visando acrescentar um parágrafo ao art. 145, da Lei nº 6174, possibilitando a que o funcionário na aposentadoria por tempo de serviço ou compulsória por idade, possa desde logo afastar-se de suas funções, com a condição de retornar imediatamente ao serviço, caso a sua aposentadoria não possa ser concretizada. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias-Losso, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações à Igreja do Evangelho Quadrangular — Cruzada Nacional de Evangelização, pela realização em Curitiba, da 17ª Convenção Regional. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.